

Julho foi marcado por tentativas de institucionalizar “lava jato”



No mês de julho, a Procuradoria-Geral da República redobrou os esforços

para institucionalizar a atuação das autoproclamadas forças-tarefa da "lava jato". A **ConJur** revelou, por exemplo, que o Ministério Público Federal em São Paulo fazia [distribuição viciada](#) de processos para centralizar tudo o que tivesse relação com as investigações da "lava jato", violando o princípio do promotor natural.

Diante dessa e [outras ilegalidades](#) do consórcio, também noticiadas pela **ConJur**, a PGR solicitou formalmente o compartilhamento de informações sobre a dita operação, mas não foi atendida. Os membros da "lava jato", apesar de [já terem defendido o compartilhamento](#) em outro contexto, alegaram que o pedido feriria a autonomia do MP. A Constituição, no entanto, garante [autonomia funcional](#) à instituição como um todo, e não a cada órgão em particular.

Diante do impasse, foi preciso que o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, [determinasse](#) judicialmente a obrigação de compartilhamento, decisão que foi posteriormente [revogada](#) pelo relator do caso, o ministro Luiz Edson Fachin.

No fim do mês, o procurador-Geral da República Augusto Aras ainda [revelou](#) que a "lava jato" em Curitiba armazena dados de 38 mil pessoas. A quantidade de informações guardadas pelos procuradores no Paraná, revela, é superior às que estão agregadas no próprio Sistema Único do Ministério Público Federal.

Em paralelo a todas essas revelações, o Conselho Superior do Ministério Público [começou a debater](#) a centralização de todas as forças-tarefa, um [projeto](#) que Aras prometeu para a sua gestão assim que foi indicado pelo presidente Jair Bolsonaro para o cargo.



Encarceramento e pandemia

Também foi destaque no noticiário a [morte](#) por Covid-19 do ex-deputado Nelson Meurer, que estava preso após condenação pela "lava jato", e teve seus pedidos de Habeas Corpus negados no Supremo Tribunal Federal.

O ministro Fachin [divulgou nota](#) esclarecendo que os pedidos de domiciliar foram negados com base em relatório da unidade prisional atestando que havia condições de prestar atendimento médico a Meurer.

A morte suscitou debates sobre o funcionamento do Supremo. Ainda em abril, a defesa de Meurer tinha [interposto agravo](#) regimental, que foi debatido pela 2ª Turma em Plenário virtual, em julgamento encerrado em 8 de junho. Foram registrados dois votos a favor de concessão de domiciliar ([Gilmar Mendes](#) e Ricardo Lewandowski) e dois contra (Fachin e Celso de Mello).

A ministra Cármen Lúcia não votou, e sua omissão contou como um voto acompanhando o relator, Fachin, como era a regra na época. Isso porque as regras originais do Plenário virtual previam que, em caso de empate nas turmas, ele seria resolvido dando peso duplo ao voto do relator. O problema é que, quando a matéria é criminal, a jurisprudência é a de que o empate favorece o réu. O assunto foi abordado pelo advogado Lenio Streck, em [coluna](#) na **ConJur**.

Assim, o agravo foi negado. Só em 1º de julho, após [requisição da OAB](#), a Corte aprovou [mudança no regimento](#) para que os votos não manifestados em plenário virtual passassem a contar como abstenção, e não mais como acompanhando o relator.

Veja as principais notícias do mês na coluna Resumo da Semana:

4/7 – [Pedido de investigação sobre os métodos dos procuradores de Curitiba foi destaque](#)

11/7 – [Decisão de Toffoli sobre compartilhamento de dados da "lava jato" foi destaque](#)

18/7 – [Morte de ex-deputado que teve domiciliar negada pelo STF foi destaque](#)

[Ou GCM de Santos foi destaque](#)



Abuso de autoridade

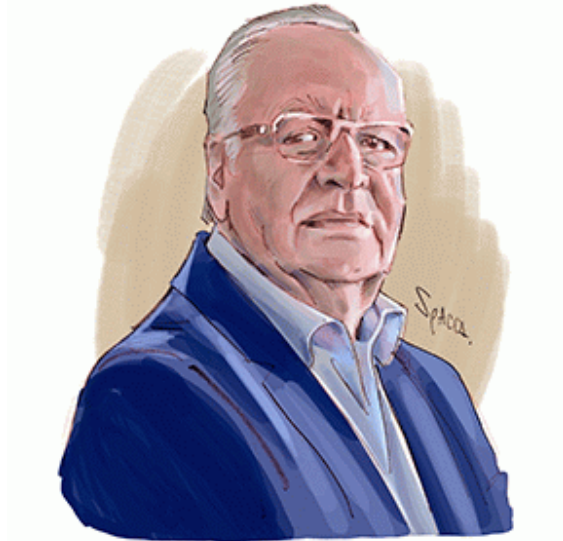
Foi também em julho que o desembargador Eduardo Almeida Prado Rocha Siqueira, do Tribunal de

Justiça de São Paulo, foi gravado se recusando a usar máscara de proteção e destratando um guarda civil municipal de Santos, no litoral de São Paulo.

O caso viralizou nas redes sociais e no mesmo dia motivou [manifestações](#) do Tribunal de Justiça de São Paulo e da [Corregedoria](#) Nacional de Justiça.

Além das manifestações [oficiais](#), a reportagem da **ConJur** apurou o histórico problemático do magistrado. Uma das pessoas que conviveram de perto com a faceta [autoritária](#) de Siqueira foi a desembargadora **Maria Lúcia Pizzoti**, que deu depoimento à reportagem.

O caso chegou ao Conselho Nacional de Justiça, que [instaurou](#) procedimento administrativo disciplinar e decisão unânime.



Entrevista do mês

Em [entrevista](#) à **ConJur**, o ex-ministro da Justiça **José Gregori** recordou do grupo de trabalho formado para criar uma lei que substituísse a Lei de Segurança Nacional ainda no governo FHC.

"A ideia era mostrar que a democracia se defende também com leis democráticas. Mostrar que as pessoas podem se defender legalmente, mas de acordo com lei feita no ritual democrático e não autoritário", lembrou.

Gregori ainda falou sobre o trabalho do Ministério da Justiça, da criação do Plano Nacional de Segurança e refletiu sobre os impactos da "lava jato", o governo atual e seus desdobramentos.

Veja outras entrevistas de julho:

***Fernanda Buril e Katherine Ellena**, do IFES: ["Desafio de eleição na pandemia é manter credibilidade sem ameaçar saúde pública"](#)



***Florisvaldo Fiorentino Junior**, defensor-público geral de SP: ["Diante da crise, devemos ser criativos para desburocratizar acesso à Justiça"](#)

***André Pacheco Texeira Mendes**, professor da FGV: ["Não há evidência empírica de que o aumento de penas reduza crimes"](#)

***Otavio Amaral Calvet**, da 11ª Vara do Trabalho do Rio: [Crise aproximou empregador e empregado, brechando conflito tradicional](#)

Meta Fields